

Resposta - ponto 2

A transição da matriz energética global, baseada em recursos não renováveis, para fontes alternativas e renováveis é o grande desafio para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Primeiro, porque está relacionada a ideia de centro/periferia, visto que historicamente a "construção" do mundo desenvolvido está atrelado a estratégias geopolíticas que envolveram a dominação de recursos naturais (em especial o controle de áreas produtoras de petróleo), bem como da forma de negociar as estratégias de desenvolvimento para ~~os~~ países em desenvolvimento, em especial da América Latina, Oriente Médio e África.

A discussão global sobre questão energética altera o mapa geopolítico e as articulações no Tabuleiro de diversos maneiras, assim os países do sul global precisam a ser peças centrais, pois precisam discutir nos fóruns internacionais estratégias que envolvem o fortalecimento do seu Estado e a maior soberania territorial, a unificação do regime social, em especial a criação de vínculo por meio entre governo (elemento importante do Estado), burguesias nacionais e as diferentes classes sociais; no sentido de pensar num projeto de nação e redefinição de suas projeções no ambiente internacional.

A questão energética pede o fortalecimento do

①



Estado, pois historicamente os países do Sul Global são exportadores de bens primários, em especial dos derivados do petróleo, logo é preciso que o Estado seja forte para negociar com os países desenvolvidos um período de transição e adaptação aos novos processos de geração de energia, inclusive para o setor produtivo. Os países desenvolvidos, como estão na vanguarda no que tange a novos meios energéticos devem ser usados ~~a distribuir~~ a discutir e distribuir de forma equânime com os países em desenvolvimento as novas tecnologias para o setor, nesse movimento o G-20 e os BRICS parecem a ser relevantes.

O fortalecimento do Estado na periferia é de suma importância, visto a existência de uma estrutura neoliberal cujos agentes não mais influenciam imensamente, o que significa criar uma relação de regulação nesse momento de transição, daí o papel de Brasil, China e Rússia no processo. O primeiro detentor da maior reserva de reservas de hidrocarbonetos do Oriente Médio, a China na vanguarda no que tange a tecnologia verde (em especial ~~a produção de energia do~~ no que tange as tecnologias de produção de energia com base eólica) e Rússia principal player no que tange a distribuição de gás natural para Europa, sobretudo para Alemanha, principal economia da União Europeia. Logo, uns três atores (conduzindo o G-20) são de suma importância para exteriorizar e protagonizar processos aos demais no sistema internacional sobre a importância do Estado na transição da matriz

energética global, em especial conduzindo negocia-
ções a partir de suas moedas nacionais (para fugir
da estrutura de financiamento paulada pelo dólar), ar-
ticulando planos e programas internacionais (com bre-
ves acordos internacionais e ~~agendas~~ agendas) que
façam as economias centrais respeitarem as condições
históricas de desenvolvimento dos países do sul global,
sobretudo, dando tempo para a realização de uma
transição das bases tecnológicas de produção e consumo
partidárias no derivado do petróleo; e negociando com
formosa a sustentabilidade a diversidades de proteção
do meio ambiente e ~~o~~ povos originários.

A questão anterior leva a necessidade dos países
periféricos a criarem ~~em~~ projetos de desenvolvimento
nacionais que fortaleçam a estrutura democrá-
tica, ampliando-a para além da democracia
representativa, como diz Santos (2010), a democracia
deve ser representativa, deliberativa, participativa
e comunitária, somente assim o Estado poderá
abrir seus diferentes segmentos sociais para discutir
uma transição da matriz energética e sustentável.
Processo de suma importância, pois está atrelada
as estratégias de redefinição da mercadoria inter-
nacional dos países no sul global, a mudança
nas tecnologias energéticas significa superação
na periferia como exportador de commodities, o
que significa pensar no papel do Oriente Médio,
de países como o Irã, no papel do Brasil e Venezuela,
dos países Africanos. Como as economias centrais
vão negociar frente a um processo em que

(3)



derivados do petróleo podem não ser a matriz central? Quem sabe a resposta está num órgão mais eficiente do que o atual nacional, com resoluções frente do agitar interno, com ampliação de democracia e fortalecimento das economias nacionais.

A questão central/propriedade (que pode o fortalecimento do estado; projeto de ação e realignamento de estrutura de inovação internacional) leva a ideia de desenvolvimento, mais exatamente, da ideia de desenvolvimento abalado do estado Capitalista. Se a transição de matriz energética pode alterar macroestruturas, ela exige o poder de novos conceitos sobre o desenvolvimento, que é uma ideia de projeção mundial estadunidense pós-2ª guerra mundial.

Quem seria as novas estruturas de projeção do mundo desenvolvido frente as novas alternativas energéticas, como os ~~think tank~~ centros de produção de pensamento está e vão permitir o desenvolvimento para as comunidades organizadas que não querem ou podem no caso elétrico, como vamos pensar na "reutilização" em abundância das infraestruturas como as grandes hidroelétricas do terceiro mundo? Como seria os programas de gestão ambiental para abocar as novas tecnologias energéticas nas novas estruturas produtivas, imaginando a mudança na matriz produtiva?

A atual transição de matriz energética mundial traz novas e outras questões. Logo, não é uma questão de substituição de petróleo e gás natural por

outra fonte de geração de energia, trata-se de uma questão de Poder e afirmação do Estado, do conceito de Desenvolvimento, de revisão das instituições do século XX, da ampliação de Democracia e da ampliação de justiça territorial mundial e equânimes, sobretudo, do papel dos Estados do Sul Global, dos seus embates de presença internacional, da forma como vão protagonizar em nome dos seus projetos de nação e de como vão ~~de~~ preparar para transição, para posteriormente participarem no sistema internacional como palcos de transições do estado de arte e não apenas como exportadores de commodities.

Resposta do ponto 6

Os Estados Nacionais do mundo contemporâneo são atores centrais na atual ordem mundial. Desde o primeiro choque do petróleo em 1973 e o fim do sistema de Bretton Woods, o processo de mundialização do capital vem "abrindo" os territórios promovendo negociações que "vendem" as soberanias, como Jaime Osorio (2016), as burguesias associadas ao capital estrangeiro desde a década de 1970 estão negociando as suas soberanias, vendendo parte de seus territórios para grandes corporações internacionais e utilizando o Estado para oficializar práticas predatórias.

Para Grene-Power (2008), as economias nacionais

(5)



estio sendo dominadas por setores rentistas e finan-
-carias que "monopolizam" o Estado e falam em
clases sociais (burguesia nacional) que apiam go-
-vernos entreguistas que desregulam muitos direitos
e a estrutura jurídica no Brasil.

O cenário descrito é terrível, mas outro lado
é que as negociações sobre a soberania e a desregulamentação
de democracia por agentes externos demonstram que
para tais projetos serem realizados é porque o
Estado ainda está no centro do processo. Logo,
para autores como Brandão (2012), Brenes-Forn (2008),
Osório (2010), ~~Santos (2001)~~ Santos e Siborra (2001),
Beal Jr. (2018), o Estado é ator fundamental para
as articulações geopolíticas e econômicas de agentes
externos, mas também para controlá-los.

A crise de 2008 trouxe grandes exemplos
de papel do Estado, frente a ~~avalanche~~ avalanche produzida
~~em~~ em decorrência do ~~quebra~~ quebra dos bancos
e empresas, foram as ações estatais que ~~se~~
socorrem os bancos e as corporações no contexto
de crise, a correção de preços macroeconômicos importan-
-tes (como a taxa de câmbio e juros) e a injeção
de grandes quantias de dinheiro oriundo do setor
público foram fundamentais para a redução
dos impactos negativos de crise. Logo, o Estado
é fundamental no processo de desenvolvimento
e, especial no que tange aos investimentos pro-
-dutivos, processo que a ideologia neoliberal
subverteu e amargou nos últimos trinta
anos, em especial nos países periféricos.

⑥

Assim, é de suma importância governos que produ-
zam desigualdades e justiça territorial em prol do de-
-senvolvimento nacional. Como explica Chang (2007),
desde o século XV os Estados Europeus regulam
suas economias, protegem setores-chaves e apoiam
a projeção de suas empresas nacionais em outros
territórios, deste modo foi na "Era de Ouro" do Capita-
-lismo (1943-73), após a crise de 1929, o governo
estadunidense passou a regular a economia, criou
econômicas mistas, e implementou estratégias efíci-
-entes de Bem-Estar Social (processo relatado por Hobsbawm).
Mazzucato (2015), por exemplo, explica que sem o
Estado empresas como a Apple e inventores como
o Vale do Silício não teriam sucesso, logo é
mito afirmar que o Estado deve ser reduzido.

Deste modo, na atual ordem mundial, o
Estado é fundamental no acolhimento de pessoas
migrantes, flutuações que nas duas primeiras décadas
do século XXI foram amplas, em decorrência
de crises humanitárias e conflitos territoriais, é funde-
-mental na garantia de melhores condições de mundo
do trabalho e na garantia de direitos vinculados
a "trabalho decente", o Estado é fundamental na alocação
de recursos para ODS de direitos humanos, que são
os meios para distribuir e aplicar recursos no sentido
de garantir respeito e garantir direitos.

Diante os novos ambientes, o Estado é um
órgão de planejamento de fundamental na elabora-
-ção de planos e programas que são garantidores
dos direitos do povo brasileiro e de combate a desigual-

⑨



- dação ambiental, bem como nem os ajustes macro-econômicos verticais as grandes corporações não atuam no território estrangeiro (por precisarem de grandes fluxos, desregulamentação do sistema bancário, de flexibilização legislativa, etc, tudo isso é realizado pelo Estado) e também nem o Estado as Oses, Financieras não são gerenciais (como ficou provado com a crise de 2008).

Outra questão importante é a questão da fronteira, no atual contexto o Estado é de suma importância frente a dilemas de segurança com o terrorismo internacional, que é um fenômeno ~~mas~~ de base não estatal, mas que tem no Estado seu território de atuação, outros crimes transnacionais como lavagem de dinheiro e tráfico de armas / drogas que se utilizam do sistema legal, nesses casos é necessário aparelhos estatais de investigação e controle eficientes, que vão para além de alocação de forças em pontos de fronteira terrestre e marítima; bem como o Estado é de suma importância na proteção de recursos nacionais (no caso do Brasil) águas territoriais em decorrência do tráfico e crimes de bio-pirataria na Amazônia legal).

Ademais, quando falamos de fronteira, o Estado é de suma importância no processo de integração regional, em especial, nas cidades-gêmeas sul-americanas, territórios de intensas relações internacionais, sem o Estado (em especial a universidade pública) fica difícil elaborar políticas públicas para atender as demandas de um município fronteiriço.

O Estado é fundamental no processo de integração política, cultural e econômica dos países latino-americanos, sem os órgãos estatais de planejamento e instituições como UNASUL, MERCOSUL, IRSA e outros não tem sentido, o elemento governo do Estado são fundamentais nesse processo. Ademais, o Estado é fundamental para proteger as empresas nacionais (no sistema internacional), com mecanismos de competitividade e proteção de setores-chaves da economia (para sua produção ~~após~~ valores assegurados) e proteção das invenções do mundo globalizado (das verticalidades, como afirma Milton Santos).

Em suma, o Estado é ator central, tanto para os agentes externos e domésticos, os primeiros ao mantê-lo e fazerem para benefício próprio, ~~os~~ os agentes domésticos por outro lado são fundamentais no enfrentamento dos novos desafios que se apresentam, ~~por isso~~, no combate à fome, no salamento de migrantes, na garantia dos direitos humanos, na proteção ao meio ambiente e questões de tecnologia social cada vez mais acérrimas frente a um mundo globalizado que promove desigualdades no território, especializações corporativas, que geram conflitos territoriais e promovem desigualdades sociais cumprando as diferenças entre centro e periferia.

Resposta do Ponto 6

Aque vamos realizar algumas sugestões, visto a complexidade da questão e frente aos desafios do século XXI. São provocações que pensamos necessárias e que permeiam o debate de Geografia

A primeira questão está relacionada ao redente de Geografia eleitoral que está concentrada no debate de uma política, não é, a política partidária. É preciso ampliar o debate sobre a democracia, a geografia eleitoral, trata de relação voto e políticas públicas, acreditamos que não seja um grande problema, visto que somado o voto para escolher políticos profissionais não basta, o voto é ~~um~~ instrumento de legitimação das elites e está apenas vinculada a democracia representativa.

Prezados demais, a geografia política precisa ampliar o debate, é necessário discutir a relação entre sistemas federativos e os diferentes tipos de democracias, a democracia deliberativa, talvez a comunitária, aqui trazemos para o debate autores como Martha Azeiteiro ~~para~~ ~~contar~~ ~~para~~ entrar em contato no caso brasileiro, com a discussão sobre como a constituição brasileira cria pelo sistema partidário políticas federativas para o âmbito do município sem a participação popular; Devemos trazer para o debate autores como Dussel, Quijano e outros de outros países, para pensar uma discussão de geografia política que parta de realidade

Latino Americana, por exemplo, no Equador as comunidades indígenas conseguiram aprovar uma lei de direito da natureza e não de direito "à" natureza; isso só foi possível pois há uma ideia de Democracia comunitária, que contempla as diferenças. Logo a geografia deve trazer alguns conceitos, revisitar as obras e conceitos europeus com um olhar mais crítico, sobretudo para pensar debates centrais como o Estado e a democracia representativa burguesa.

O debate é central pois uma geografia política pensada em termos Latino Americanos contribui para a formação do geógrafo brasileiro, ~~para~~ ~~de~~ ~~ver~~ ~~como~~ em especial para repensar o conceito de território, ~~em~~ ~~como~~ em especial para pensar as fronteiras (simbólicas e territoriais), para desconstruir os debates do livro didático, para incluir nos grandes currículos as geografias dos subalternos, das minorias e do excluído. Não estamos excluindo a importância, mas como vamos discutir o território do migrante boliviano que se instala em São Paulo a partir de conceitos e autores Europeus? Ou como debater as fronteiras territoriais ou pensar em políticas públicas sem levar em consideração as territorialidades dos sujeitos, a comunidade Guarani, na fronteira do Brasil com o Paraguai não pode ser analisada ou debetida ou pensada somente com os conceitos de geografia; é preciso estudos antropológicos, arqueológicos, assim a formação ~~de~~ do geógrafo deve ser não apenas interdisciplinar, ela deve ser pós-disciplinas, deve ser temer

-tica, dialogos outras áreas, e não apenas as ciências humanas, serem com a linguística, com a psicologia com áreas fronteiras, etc.

Outra questão de suma importância está relacionada a reparação da geopolítica das questões econômicas geoeconômicas, isto significa discutir as projeções estatísticas quanto das articulações dos atores, o Estado que projeta centralizar o fuz a partir de atores empresariais, da cultura e de outros setores do ambiente do Estado, o Estado não é monolítico, assim é preciso averiguar como os sujeitos se articulam com a prefeitura, com a universidade, com os grupos sociais. Isto significa ver em todos o papel de geografia com centro de produção de conhecimento, para quem produzimos, como produzimos e para que função social o geógrafo é formado.

Com relação as abordagens devem ser pós-disciplinares (mais do que inter, trans ou multidisciplinar), o Estado deve ser abordado para além de relação das instituições formais, ao ser abordado, é preciso apontar ao que pertence, bem como a discussão sobre o Estado deve estar relacionada a diferentes formas de democracia e não apenas a representativa, é hora de debatermos as diferenças, mas especialmente para as propostas que apontam a deliberação, participação as demandas comunitárias, para isso é preciso trazer outros elementos e debates em novo curso a realidade da Latino Americana.